

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 04 A 10 DE MAIO DE 1982
Nº 184 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro

Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

CONSELHO EDITORIAL

Aloísio Mercadante Oliva

Carlos Cunha

Carlos Rodrigues Brandão

Heloísa Martins

Jether Ramalho

Letícia Cotrim

Neide Esterci

Paulo Ayres Matos

Paulo Cezar Botas

Rubem T. de Almeida

Zwinglio Mota Dias

CEDI

EDITOR DO ACONTECEU

Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 500,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082

22221 - Rio de Janeiro - RJ

TRABALHADORES URBANOS

CONSTRUTORA É INDICIADA POR EXPLORAR OPERÁRIOS

Um grupo de 600 trabalhadores em condição de trabalho "análoga à de escravo" foi descoberto ontem pela polícia na cidade de Itapevi (SP), a 30 quilômetros da Capital. O delegado Guaracy Moreira Filho indiciou a construtora Irfasa, responsável pelo canteiro de obras de um conjunto habitacional financiado pelo BNH, naquela cidade. Os operários são confinados no local, dormem apertados em alojamentos precários. Há um quarto de 25 metros quadrados onde 65 deles, a maioria nordestinos, ficam em beliches, muitos sem colchões. São vigiados por guardas armados e violentos, que garantem uma rígida disciplina por meio de espancamentos frequentes. No domingo, revoltados, tentaram linchar um dos vigilantes e depredar os alojamentos, mas foram contidos por uma guarnição da Polícia Militar. Os trabalhadores recebem Cr\$ 63,80 por hora, trabalhando dez horas por dia. São obrigados a comer as refeições fornecidas pela empresa, que cobra Cr\$ 135,00 pelo almoço, o mesmo valor pelo jantar e Cr\$ 50,00 pelo café da manhã. O delegado declarou que "realmente, os operários estão subnutridos, maltratados. Não há condições sequer de vida, muito menos de trabalho". E informou que, além do inquérito, enviará um ofício à Secretaria da Saúde, e indiciará o responsável pela Irfasa em São Paulo. (ESP - 8/5/82)

METALÚRGICOS DO ABC PODEM ENTRAR EM GREVE

Dezenas de reuniões, com a participação de metalúrgicos de várias empresas, realizaram-se na última semana com o objetivo de paralisar o trabalho a partir do próximo dia 11, se nos "holleriths" ou contra cheques referentes ao pagamento do mês de abril não constar os 7% de aumento real dos salários (concedido pelo TRT e suspenso posteriormente pelo TST), reivindicados pelos trabalhadores. Essa decisão poderá gerar uma onda de greves, de proporções imprevisíveis, paralisando as principais montadoras de veículos de São Bernardo, em São Paulo. A direção do Sindicato dos Metalúrgicos prevê paralisações gerais na Mercedes Venz, Volkswagen Caminhões, Saab-Scânia, Ford e Fabrini. Acredita-se que na Volkswagen Automóveis a greve será parcial. O total de trabalhadores nessas indústrias é da ordem de 60 mil, ou seja, mais da metade do número de metalúrgicos de São Bernardo. Os 7% de aumento real já foram concedidos pela Resil, onde trabalham 800 operários, e pela Termomecânica, com dois mil trabalhadores. (FSP - 10/5/82)

MÉDICOS DO RIO VÃO À GREVE

Cerca de dois mil médicos do Rio de Janeiro que têm convênio com a Golden Cross entrarão em greve a partir do dia 10 até que a empresa atenda suas reivindicações, que incluem Cr\$ 1.500,00 por consulta (a Golden Cross paga atualmente Cr\$ 900,00), aumento de 30% nos demais procedimentos médicos e reajustes semestrais. A greve foi anunciada ontem por um grupo de médicos que mantêm convênio individual com a empresa, durante entrevista à imprensa realizada na Associação Médica do Rio de Janeiro. (ESP - 7/5/82)

MAGISTÉRIO GOIANO NÃO PÁRA GREVE

Reunidos ontem em assembléia cerca de 2 mil professores da rede estadual de 1º e 2º graus de Goiás aprovaram propostas de continuação da greve por melhores salários e a formação de uma comissão de representantes das 37 entidades goianas que manifestaram solidariedade ao magistério público e se dispuseram a tentar o estabelecimento do diálogo entre o

~~entro dos Professores de Goiás (CPG) e as autoridades estaduais. A greve começou há 19 dias. (FSP - 7/5/82)~~

SEM SUCESSO NEGOCIAÇÕES DE MOTORISTAS EM JUNDIAÍ

Não houve acordo entre o Sindicato de Trabalhadores em Empresas de Transportes de Jundiaí (SP) e os empresários do setor, nem na área dos ônibus, nem na de cargas. Para os motoristas e cobradores de ônibus, os empresários ofereceram piso salarial de Cr\$ 38 mil (atualmente o piso é de Cr\$ 32.700), proposta que foi considerada "ridícula" pelo presidente do sindicato. Segundo ele, um piso inferior a Cr\$ 48 mil não poderá ser aceito "em hipótese alguma". O assessor jurídico da entidade afirmou que "caso o piso de Cr\$ 38 mil fosse aceito, as empresas de ônibus de Jundiaí provavelmente demitiriam os atuais motoristas, que passariam a Cr\$ 48 mil com a aplicação do INPC e contratariam novos profissionais pelo piso". (FSP - 4/5/82)

METALÚRGICOS DE NITERÓI VOLTAM AO TRABALHO

Depois de oito dias de greve, os 17 mil metalúrgicos de Niterói voltam hoje ao trabalho, diante da decisão do Tribunal Regional do Trabalho de considerar o movimento ilegal, por 10 votos contra oito. A suspensão da greve foi acatada pelos 6 mil trabalhadores presentes à assembléia realizada à noite, apesar de o TRT ter julgado que só seriam punidos se não voltassem segunda-feira. Porque os dias parados serão descontados, os metalúrgicos decidiram voltar hoje mesmo ao trabalho. A deflagração da greve dois dias antes do término do dissídio de 31 e a distribuição de panfletos foram os argumentos utilizados pelo tribunal para considerar o movimento ilegal. Os metalúrgicos terão um índice de produtividade de 6% para todas as faixas salariais. Quanto ao piso salarial, que segundo o Sindicato dos Metalúrgicos deveria ser de Cr\$ 31 mil, foi fixado em Cr\$ 24 mil 177, incluídos os 6% de produtividade. Com a percentual de 20% de insalubridade, eleva-se para Cr\$ 29 mil 12. Como ocorre atualmente, os trabalhadores receberão 50% sobre cada hora extra trabalhada de segunda a sexta-feira, e de 100% sobre as de sábado e domingo. (JB - 7/5/82)

COFERRAZ: LIBERADO O AUXÍLIO-DESEMPREGO

O Ministro do Trabalho liberou ontem o pagamento do auxílio-desemprego aos 1 mil 800 empregados da Coferraz que não recebem há mais de três meses. Informou que o auxílio é de até 80% de um salário mínimo, ou seja, Cr\$ 13 mil 586. Disse que resolveu adotar a medida, por um mês, por ter chegado à conclusão de que não há "possibilidade de solução a curto prazo para as propostas que estão sendo analisadas na área financeira". (JB - 7/5/82)

FUNDIÇÃO FECHA E NÃO PAGA SALÁRIOS

Devendo a seus 132 funcionários os salários de fevereiro e março e sem depositar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, contribuição da Previdência Social e PIS há um ano e oito meses, a Fundação Minas Paulista, de Divinópolis, no Oeste de Minas, fechou suas portas e mandou que os "operários fossem receber seus salários na Justiça". A informação foi dada ontem pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Divinópolis, João Elói, ao revelar que a única alegação da empresa foi a de que "não tinha condições de pagar". (FSP - 7/5/82)

DISPUTA DE TERRAS EM RONDÔNIA: 4 MORTOS

Dois jagunços, a mulher de um deles e um posseiro morreram durante um choque armado, terça-feira, na Fazenda Agapito Lemos, entre os municípios de Vilhena e Colorado D'Oeste, a quase 750 quilômetros de Porto Velho. A informação é do assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Neumar Moraes Silveira. "No ano passado, 300 posseiros foram despejados da área que ocupavam na Fazenda Agapito Lemos, sem mandato judicial e num clima de violência" - disse em Porto Velho o assessor da Contag. "Os posseiros foram procurar o jagunço Domingos para tentar um acordo sobre a área ocupada, mas foram recebidos à bala. O posseiro Ademir morreu na hora e a mulher do jagunço foi atingida pelo próprio marido com três tiros. Os posseiros resistiram, matando o jagunço Domingos e um seu companheiro", segundo o assessor da Contag. (JB - 6/5/82)

SERINGUEIROS PROTESTAM NO ACRE

A Secretaria de Segurança do Acre liberou ontem à tarde o último grupo dos 112 seringueiros presos desde segunda-feira da semana passada no município de Xapuri, a 240 quilômetros de Rio Branco, quando tentavam impedir o desmatamento de 600 alqueires no seringal Santa Fé, na fazenda do vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado. Alguns sindicalistas que chegaram ontem a Rio Branco disseram que a polícia e alguns jagunços permanecem no seringal Santa Fé garantindo o desmatamento, realizado por 140 peões e muitas moto-serras. Em março passado, os seringueiros enviaram carta a diversos órgãos denunciando a intenção do proprietário de desmatar uma grande área no seringal, e manifestando seu interesse em impedi-la. Segundo eles, a derrubada de castanheiras e seringueiras na região estava aumentando as dificuldades para sua sobrevivência, existindo ainda um acordo feito no ano passado entre proprietários do seringal e seringueiros, segundo o qual os primeiros se comprometiam a não desmatar a área em questão por um período de três anos pagando ainda aos agricultores indenizações em lotes de terras. Embora todos tenham sido liberados pela polícia, o clima de tensão na região não acabou, porque o seringal desmatado está localizado na área onde estão os sindicatos de trabalhadores rurais mais fortes - Xapuri e Brasília. (ESP - 7/5/82)

MAIS LAVRADORES SÃO DESLIGADOS DO PROGRAMA DA SECA

Mesmo com os protestos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, do PT, do PDS e do PMDB, o governo do Estado e a Sudene continuam dispensando os lavradores que há quase 3 anos estavam engajados no programa de emergência contra os efeitos da seca. O governo acha que não existem mais motivos para manter o programa. Os trabalhadores e políticos reclamam, porque na sua opinião a situação ainda é ruim. Dos trabalhadores inscritos no programa de emergência, 69 mil já foram dispensados. Até o próximo dia 15 serão dispensados mais 200 mil. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura já advertiu que a desativação do programa de emergência, neste momento, quando novamente se faz sentir a estiagem, "é uma medida temerária, porque os camponeses têm muito pouco o que fazer: a estação das chuvas está passando e a fase de plantio acabou", explica a Fetraece. (FSP - 6/5/82)

RONDA ALTA TEM PRAZO PARA PAGAR

A cinco dias do vencimento da primeira parcela - Cr\$ 5 milhões - dos

~~Cr\$ 75 milhões pela compra da área de 10⁸ hectares em que estão vivendo~~
os colonos de Ronda Alta, a Igreja só conseguiu a metade - Cr\$ 2 milhões 500 mil - segundo o coordenador da campanha de arrecadação de fundos, padre Martinho Lenz. O padre Martinho esclareceu que, se os doativos não chegarem aos Cr\$ 5 milhões na data do vencimento, a Igreja cobrirá o restante, por meio de empréstimos à CNBB e a outras entidades. Na área, situada a 12 quilômetros de Ronda Alta, 207 famílias de colonos iniciaram a plantação de verduras em pequenos trechos, junto à barragem de Passo Fundo, porque a estiagem impede a ampliação. A polícia já tentou entrar no terreno duas vezes: na primeira, há um mês, vindo de barco, policiais se instalaram numa das ilhas junto à barragem, para cuidar do acampamento; na outra, há duas semanas, tentaram entrar pela frente do acampamento, mas foram impedidos pela barreira montada pelos colonos. (JB - 6/5/82)

ÍNDIOS

DESMENTIDO ACORDO ENTRE GUARANIS E ITAIPU

Os índios guaranis da região de Ocoí, no Oeste do Paraná, entregaram ontem, por intermédio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), uma carta, com 24 assinaturas, ao diretor jurídico adjunto de Itaipu, na qual pedem uma reunião na aldeia para discutir sua transferência das terras que ocupam atualmente e que serão inundadas pelo reservatório da hidrelétrica. Na carta, os guaranis afirmam que não querem "uma área pequena" e desmentem que tenham aceito os 200 hectares oferecidos pela Itaipu. Manifestaram-se "firmes em não aceitar" outra proposta que não a de uma área igual a que ocupam atualmente. O documento, muito curto e escrito com duas caligrafias distintas, foi entregue durante reunião com representantes da Funai, do Incra, da Comissão Justiça e Paz e da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai). Para a maioria dos participantes do encontro, o problema maior não é a extensão da área oferecida e sim os critérios que Itaipu vai adotar para realizar a transferência. Conforme o advogado da Comissão Justiça e Paz, "o essencial é manter uma área indígena, sem dividi-la em lotes titulados a cada índio". A questão do tamanho, para ele, deverá ser definida entre os índios e a Binacional, mas é preciso que Itaipu, a Funai e o Incra admitam que a área seja entregue à comunidade indígena guarani de Ocoí, com todas as garantias constitucionais. Mares de Souza explicou que houve consenso, na reunião, sobre a proposta defendida pela Comissão Justiça e Paz, e que no encontro marcado para a próxima quarta-feira, na aldeia de Ocoí, os índios e a Binacional deverão chegar a um acordo sobre a extensão das terras. (ESP - 8/5/82)

IANOMAMI: GRUPO DE TRABALHO ELABORARÁ PLANO

O presidente da Funai instituiu um grupo de trabalho que deverá estudar medidas de apoio aos 8.500 índios ianomamis, que vivem na fronteira do Brasil com a Venezuela, abrangendo o Território de Roraima e o Estado do Amazonas. Caberá ao grupo de trabalho reafirmar os limites da área interdita para estes índios recentemente; implantar uma estrutura administrativa destinada a coordenar e executar as ações de proteção e assistência, por meio de postos indígenas; encaminhar a construção de campos de pouso e elaborar um plano para demarcação da área. O grupo ficará, ainda, encarregado de acompanhar as atividades desenvolvidas na região pelas missões religiosas. O grupo de trabalho terá o prazo de vinte dias para elaborar o plano de apoio e assistência que será encaminhado ao presidente Figueiredo com uma exposição de motivos justificando a

criação da área indígena ianomami. (ESP - 7/5/82)

BOATOS SOBRE FECHAMENTO DO MUSEU DO ÍNDIO NO RJ

A Funai anunciou, em ofício, que fechará em breve o Museu do Índio e demitiu seu diretor, o antropólogo Carlos de Araújo, que o dirigiu por 7 meses, para não ser "o coveiro da casa" - na expressão da Funai. A atitude foi classificada de pouco inteligente, arbitrária, antiindigenista, discriminatória, colonialista e uma expressão de ódio aos índios, em pronunciamentos do ex-diretor. "O que existe", comentou o ex-diretor, "é uma clara intenção de eliminar o índio da cultura nacional". O Museu do Índio foi criado em 1953, no Dia do Índio, 19 de abril, para preservar os bens culturais e materiais dos índios, ser um centro de pesquisa e um órgão de assessoramento da política indigenista brasileira. Segundo o antropólogo Araújo, uma outra função do museu era dar à sociedade "uma visão mais real, nobre e generosa dos índios". A única casa de preservação da cultura indígena no país tem, segundo seu ex-diretor, 12 mil peças etnográficas, biblioteca de 20 mil volumes, 50 filmes e 60 mil negativos fotográficos. Nos últimos 2 anos, entretanto, antropólogos e pesquisadores encontraram dificuldades para ter acesso à documentação do Museu do Índio. Com pesquisas na área de documentos, linguagem e antropologia a instituição recebeu este ano Cr\$ 10 milhões dos pouco mais de Cr\$ 30 milhões que pediu ao Ministério do Interior. Através de seu centro de documentação, são tomadas as decisões administrativas e legais sobre as terras dos índios - para o ex-diretor, o fechamento do museu acabará com este serviço, que interessa ao destino e à própria sobrevivência dos povos indígenas. Em Brasília, o Ministro do Interior desmentiu o antropólogo Araújo: "Não pensamos jamais em desativar o Museu do Índio do Rio". (JB - 6/5/82)

MASSACRE DE ÍNDIOS NO MT É DENUNCIADO

Funcionários da prefeitura de Aripuanã e missionários religiosos denunciaram em Cuiabá que houve um massacre de índios, possivelmente da tribo cinta larga, na região do Alto Guariba, entre os rios Roosevelt e Guariba, no Mato Grosso. As informações sobre o possível massacre, no entanto, são contraditórias, inclusive sobre a data em que teria ocorrido. Uma das versões, que circula entre os garimpeiros, é de que o massacre foi praticado por peões da fazenda Santa Helena, do grupo empresarial Parizotto, proprietário da rede de supermercados Atacadão, de Mato Grosso. Mas, entre os empregados da fazenda, comenta-se que foram os garimpeiros que mataram os índios, ao tentar penetrar em suas aldeias. Ontem o piloto que trabalha para a fazenda mencionada, confirmou ter ouvido comentários sobre o massacre há cerca de um mês. Já outras fontes dizem que o massacre ocorreu há 15 dias. (ESP - 4/5/82)

MOVIMENTOS POPULARES

MORADORES QUEREM ESCRITURA DE SEUS LOTES

Moradores de Vila Talarico - um loteamento na zona Leste da cidade (SP) onde vivem cerca de 2.500 famílias - decidiram ampliar a luta pela regularização de seus imóveis. Na última vez que estiveram na Prefeitura, foram informados de que até julho próximo a situação estaria resolvida. Porém, "como já esperam muito e estão cansados de promessas", resolveram apelar a todos os meios disponíveis, como forma de pressionar as autoridades e os próprios loteadores. Em reunião realizada na manhã de ontem, os moradores, com a assistência de advogado que lhes presta atendimento,

mento jurídico gratuito, acertaram que irão a programas de TV e recorrerão a todos os órgãos de Imprensa "para denunciar o seu problema, o des caso dos loteadores e a morosidade com que a Prefeitura vem tratando o assunto". Ao mesmo tempo, pretendem reunir todos os documentos necessários para entrar na Justiça contra os loteadores. O loteamento de Vila Talarico surgiu há 32 anos, em uma área que, segundo os moradores, pertencia à família Talarico. Quando o patriarca (Francisco) morreu, os herdeiros passaram a comercializá-la desordenadamente, sem a mínima preocupação com a implantação da infra-estrutura adequada (guias, sarjetas, praças, rede de esgoto, etc). Por isso, o loteamento não foi reconhecido pela Prefeitura e, enquanto não for regularizado, os moradores não conseguirão as escrituras de seus imóveis. "A gente acabou de pagar os terrenos há anos, mas pagamos todos os impostos no nome do Talarico. Queremos nossas escrituras", diz um antigo morador da área. (FSP - 10/5/82)

IGREJA

D. PEDRO CASALDÁLIGA É AGREDIDO...

Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT) foi agredido por dois homens que lhe aplicaram socos e empurrões e em seguida o ameaçaram de morte. A agressão ocorreu em Ribeirão Bonito, distrito de Barra do Garça (MT). Segundo informações do telex encaminhado à CNBB, a agressão aconteceu no dia 27 de abril, quando dom Pedro tentava defender os posseiros de Azulona e Gameleira. De acordo com o comunicado, os dois agressores são "manifestadamente ligados à Polícia da região". No documento assinado pela equipe pastoral da Prelazia de São Félix, os agentes pastorais informam que "há um novo clima de perseguição na região de nossa prelazia". Diz ainda o texto que essas perseguições se manifestaram, por exemplo, com a "demissão das escolas ou de outros serviços públicos de mais de 50 funcionários, pelo simples fato de formarem parte de nossa comunidade, e campanha persistente da Rádio Nacional caluniando e desmoralizando nosso bispo Pedro Casaldáliga". Outras "perseguições" citadas pela equipe pastoral se referem às prisões feitas pelo agente da Polícia Federal Válder da Costa que, durante o mês de abril, "prendeu os agentes pastorais José Lopes Junior e Alexandre Inácio, além de violar correspondência e apreender livros e documentos que até hoje ainda não foram devolvidos". (FSP - 8/5/82)

...E CNBB PEDE APURAÇÃO DOS FATOS

Ao tomar conhecimento da agressão sofrida por dom Pedro Casaldáliga, o secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, classificou o ato de "covardia". Disse dom Luciano: "Lamento profundamente a brutal violência de que foi alvo dom Pedro Casaldáliga. Todo recurso à violência é sempre reprovável, mais ainda quando a agressão é acrescida pela covardia. Temos o direito de aguardar que tais atos sejam o quanto antes apurados, para o bem da Justiça." (FSP - 8/5/82)

BISPO DENUNCIA COAÇÃO

O Bispo de Santo André (SP), Dom Cláudio Hummes, denunciou que padres de várias cidades paulistas estão sendo intimados a comparecer a delegacias para responder a perguntas sobre suas preferências político-partidárias. Acrescentou que considera esta prática uma forma de coação psicológica e que está comunicando os fatos à CNBB. Casos semelhantes, de acordo com o bispo, aconteceram com padres de Lins e Jales (SP), enquan

to os bispos de Maré das Cruzes e Itapeva (ambas também no Estado de SP), receberam questionários com perguntas de caráter político para distribuir aos padres de suas dioceses. Em São Caetano do Sul, o delegado adjunto explicou que estava "cumprindo ordens superiores", acrescentando que "o procedimento foi observado em todo o ABC, por determinação do DEOPS". O secretário de Segurança não foi localizado. (JB - 8/5/82)

POLÍTICA NACIONAL

MANTER O PODER, A META DO "EMENDÃO", COMO PREVISTO

O "emendão", a ser enviado no próximo dia 10, pelo presidente Figueiredo ao Congresso, tem um objetivo fundamental: o restabelecimento do quorum de dois terços para a reforma da Constituição, derrubado pelo general Geisel, por intermédio do "pacote" de abril de 77. Por meio dele, o governo se prepara para os tempos difíceis que hão de sobrevir, em seu relacionamento com o futuro Congresso, em que as oposições serão majoritárias. (ESP - 6/5/82)

OS PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA DO GOVERNO

São seis os principais pontos examinados ontem pelo Conselho Político do governo: 1) Redução de dois terços - com o "pacote de abril" de 77 o ex-presidente Geisel reduziu para maioria absoluta (metade mais um) o quorum para a reforma da Constituição, que agora voltaria a ser de dois terços; 2) Alteração mínima - a legislação em vigor exige que cada partido obtenha cinco por cento dos votos para a Câmara Federal, distribuídos por meio da legenda à razão de três por cento, pelo menos, em cada um. Esse exigência seria aplicada somente em 86; 3) Voto distrital misto - os deputados e vereadores são eleitos, atualmente, em função do número de votos alcançado por seu partido. Com a modificação, uma parte dos parlamentares seria escolhida pelo voto majoritário (os mais votados, pela ordem) e os demais na proporção obtida pela legenda; 4) Ampliação da Câmara - atualmente a Câmara Federal conta com 420 cadeiras, e há projeto em tramitação elevando-a para 504 membros. O governo admite no máximo 441 ou 443 deputados; 5) Volta das prerrogativas - uma das principais reivindicações dos congressistas é o restabelecimento de imunidades parlamentares que garantam o livre exercício do mandato, algumas das quais seriam atendidas agora; 6) Mandato de prefeitos - com a ampliação de quatro para cinco anos dos mandatos de prefeitos, seria evitada a coincidência de eleições, que este ano vai se dar em razão da prorrogação ocorrida em 80. (ESP - 9/5/82)

OUTRAS

ADVOGADOS PEDEM REVOGAÇÃO DA LSN

A revogação da Lei de Segurança Nacional e a necessidade de convocação de uma assembleia nacional constituinte, "como única forma capaz de legitimar o poder e o ordenamento jurídico nacional", são dois pontos defendidos pelos advogados brasileiros na Carta de Florianópolis, aprovada ontem no encerramento da 9ª Conferência Nacional da classe. Na Carta reclamam que "urge, hoje, mais do que nunca, restaurar a dignidade da Nação como condição de sua sobrevivência". Essa dignidade, segundo eles, também passa pela liberdade de os partidos políticos propagarem seus programas e candidatos; pela necessidade de sindicatos autônomos, livremente organizados, e pela liberdade de os trabalhadores usarem o direito de greve. (ESP - 7/5/82)

FORTALECIMENTO DO GETAT; ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO DO PARÁ

O Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, vinculado ao Conselho de Segurança Nacional), que tinha jurisdição sobre 17% das terras do Pará, passou a administrar quase 65% do patrimônio do Estado graças ao decreto 87.095, assinado pelo presidente Figueiredo no mês passado. O Getat assumiu quase todas as áreas antes entregues ao Incra, que agora ficou reduzido a uma faixa mínima de atuação sofrendo, em consequência, um completo esvaziamento. Mesmo não perdendo novas áreas, o Estado do Pará também foi atingido pelo decreto. Entre 1971 e 1980 a União já havia transferido para o seu domínio grande parte das terras devolutas paraenses, deixando para o Estado administrar menos de 20% do seu território. Mas o Estado podia, por exemplo, fazer colonização ou a regularização dos antigos títulos de posse. O decreto presidencial, porém, retirou toda a autonomia estadual em matéria fundiária sobre uma área de 742 mil quilômetros quadrados. Para isso, ampliou a zona declarada prioritária pelo governo federal em 1970, para permitir a desapropriação de terras e a colonização ao longo da rodovia Transamazônica, e ao mesmo tempo incluiu nessa zona toda a área de jurisdição definida para o Getat em 1980. Até o decreto do mês passado, a jurisdição do Getat dentro do Pará (que se estende ainda por Goiás e Maranhão) abrangia aproximadamente 232 mil quilômetros quadrados (o equivalente à área do Estado de São Paulo). Dentro dessa extensão, porém, o Estado ainda podia atuar, concluindo titulações feitas parcialmente até a criação do Getat ou exercendo o controle dos numerosos títulos de aforamento concedidos para os extratores de castanha. O decreto ampliou a jurisdição do Getat de 232 mil quilômetros quadrados para 742 mil, estendendo-se do Sul do Pará até o norte do rio Amazonas e pegando toda a faixa de terras ao longo da Transamazônica, absorvendo assim as áreas mais dinâmicas do Estado. Toda essa enorme extensão de terras foi declarada, a partir do decreto, zona prioritária para fins de reforma agrária. Isso quer dizer que o Getat poderá desapropriar áreas - privadas e públicas - em 19 dos 83 municípios do Pará, além de realizar programas de colonização e usufruir de poderes especiais delegados pelo presidente da República quando de sua criação. Entre esses poderes inclui-se a expedição de títulos de propriedade de terras de até 500 hectares sem a necessidade de autorização superior e sem concorrência pública. Por outro lado, o governo do Pará não poderá realizar nenhuma ação fundiária nessa área sem antes consultar o Getat, que poderá exercer o direito de veto. Essa modificação causará um profundo desequilíbrio de forças entre o Estado e a União nessas áreas. O Estado não mais poderá promover a transformação de antigos títulos de posse de terras ou comandar o resgate de títulos de aforamento se o Getat não autorizar. Não poderá alienar ou conceder terras públicas, mesmo em colônias oficiais, sem prévio assentimento federal. O fortalecimento do Getat e, por extensão, a confirmação da proeminência do Conselho de Segurança Nacional nas questões fundiárias da Amazônia não são apenas medidas de técnica agrária. O Getat, que foi criado para atuar entre os vales do Araguaia e do Xingu, a zona de maior tensão social da Amazônia, passa a ter uma jurisdição muito maior, não só no Pará, mas também em Goiás e no Maranhão, reduzindo o Incra a uma atuação simbólica. O decreto também fortaleceu seu poder na área onde o grupo já vinha atuando, afastando qualquer interferência estadual. No Pará, a inspiração dessas iniciativas pode ser creditada à briga entre o governador Alacid Nunes (hoje apoiando o PMDB) e o senador Jarbas Passarinho (líder do PDS). O Getat já havia tentado inibir a ação estadual com a ameaça de declarar inconstitucional a legislação de terras do Pará. Mas não havia conseguido impedir que o Estado continuasse fazendo colonização, expedindo títulos e alienando terras, que são usados como instrumentos eleitorais em favor da oposição. O decreto do presidente da República, porém, deu essa arma ao Getat. (ESP - 4/5/82)